

mercado coronavírus

Governo cria força-tarefa para agilizar Renda Brasil

Congresso só aceita encerrar auxílio emergencial com reforço de programas sociais

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo virou refém do auxílio emergencial e busca uma saída para criar um novo programa de transferência de renda que substituirá o Bolsa Família e pretende pagar valores acima do garantido atualmente.

O auxílio emergencial, considerado necessário pela equipe econômica, acabou virando uma armadilha, na visão de técnicos. A conclusão é que o Congresso só aceitará o fim do benefício se houver reforços nos programas de assistência existentes hoje.

Os primeiros beneficiários do auxílio emergencial a trabalhadores informais receberão a última parcela já no fim de agosto. No total, serão cinco pagamentos de R\$ 600.

Paulo Guedes (Economia) ganhou após a extensão dois meses para elaborar suas propostas, mas já recebe pressões do Congresso, sobretudo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para estender o benefício caso não haja nova política.

Por outro lado, a pressão do calendário também é vista pelo governo como uma forma de acelerar o debate no Congresso e emplacar medidas consideradas amargas.

As principais apostas são a criação de um imposto sobre transações financeiras e a reformulação ou extinção de programas sociais considerados ineficientes.

Uma força-tarefa foi criada para finalizar e enviar ao Legislativo a proposta do novo programa social, batizado de

Renda Brasil, a tempo de apresentá-lo como substituto do auxílio pago a informais.

Antes da pandemia, a medida não estava entre as prioridades da equipe de Guedes.

Um grupo de trabalho interministerial foi formado e se dedica à elaboração de um plano amplo que incluirá o Renda Brasil.

O valor do benefício pode ficar entre R\$ 250 e R\$ 300 ao mês, e o programa deve atender mais 6 milhões de pessoas além daquelas já atendidas pelo Bolsa Família.

O ministro ainda tem sugerido acoplar medidas pensadas para o novo Fundeb (fundo para a educação), como auxílio a mães, para aumentar os valores do Renda Brasil.

Guedes pretende que os planos sejam interligados a um novo programa de empregos desonerados e a uma parte da reforma tributária, com imposto negativo para trabalhadores de baixa renda e o imposto sobre pagamentos, sobretudo no comércio eletrônico, conforme mostrou reportagem da Folha.

A ideia é enviar o pacote com as medidas reunidas. Isso, no entanto, não deve ser feito nesta semana.

Cobrado pela demora na apresentação da reforma tributária, o ministro Paulo Guedes (Economia) decidiu focar a entrega da primeira fase da proposta, apenas com a unificação de PIS e Cofins em um imposto do tipo IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O anúncio está previsto para terça-feira (21).

Não está definido se o pacote amplo de medidas ficará

'Rampa' estudada por Guedes

Ministro desenha uma rampa de ascensão social voltada a 36 milhões de vulneráveis registrados na pandemia

Plano ainda está em análise, principalmente sobre viabilidade, e pode sofrer modificações. Objetivo é ligar assistência social ao mercado de trabalho:

1º nível Bolsa Família / Renda Brasil

- Receberia mais 6 milhões de pessoas

- Poder pagar mais que do valor atual (média de aproximadamente R\$ 190)

- Pode substituir outros programas sociais, como o abono e seguro-defeso

2º nível Trabalhador informal

- Voltado a 30 milhões de pessoas

- Teria imposto de renda negativo de até 20%

3º nível Trabalhador formal de baixa renda

- Teria corte de tributação sobre a folha

- Desoneração seria para até um salário mínimo

4º nível Demais trabalhadores formais

- Regras da CLT

+ Auxílio de R\$ 600 ajuda economia a funcionar, afirma Bolsonaro

O presidente voltou a pedir a governadores e prefeitos que abram o comércio nas cidades. Em transmissão ao vivo em redes sociais neste sábado (18), Bolsonaro também afirmou que os pagamentos da assistência de R\$ 600 são inicialmente limitados a meios digitais por falta de papel-moeda no país. "São R\$ 50 bilhões por mês, e parte desse recurso tem que ser digital, não tem papel para todo o mundo", disse o presidente.

Quantidade de cadastrados no auxílio emergencial



pronto ainda em julho, prazo estabelecido como meta pelo ministro.

"Nós estamos desenhando uma rampa de ascensão social. Se o brasileiro cair, ele vai para o Renda Brasil. Ele vai trabalhando, tem um estímulo para sair do programa social e entrar no mercado de trabalho e vai recebendo um estímulo, que é o Imposto de Renda negativo [a ser usado na aposentadoria]", disse Guedes na quinta-feira (16) em entrevista à Jovem Pan, após a Folha ter antecipado as medidas.

"Quando ele chegar a R\$ 1.000, nós queremos que ele penetre no mercado formal de trabalho. Então nós estamos pensando em desonerar primeiro o salário mínimo."

Programas sociais ainda dependem de cálculo de impacto

Fontes que acompanham os trabalhos afirmam que está praticamente pronta a formulação do Renda Brasil e do sistema de Imposto de Renda negativo, que pretende dar créditos a trabalhadores de menor renda.

O programa de emprego desonerado e o novo imposto sobre transações digitais, entretanto, ainda dependem de debate interno e modulação de impacto.

Estimativas feitas pela área econômica apontam que o imposto sobre pagamentos pode gerar uma receita anual de pelo menos R\$ 60 bilhões aos cofres públicos se tiver alíquota de 0,2% no ato do pagamento.

Se houver cobrança em cada ponta da operação (pagador e recebedor), ou se a taxa for de 0,4%, o potencial de arrecadação subiria para R\$ 120 bilhões por ano.

Com a alíquota maior, interlocutores de Guedes dizem que seria possível promover uma ampla desoneração

da folha de pagamentos das empresas e também bancar a maior parte do Renda Brasil.

Ainda assim, Guedes quer propor a revisão de programas sociais considerados ineficientes, como abono salarial, farmácia popular e o seguro-defeso (pago a pescadores). O dinheiro economizado iria para o Renda Brasil.

Em outra frente para tentar acelerar o processo, o Ministério da Economia iniciou negociações com congressistas, especialmente os do centrão, antes mesmo de apresentar as propostas.

O apoio do grupo de partidos independentes ao governo é considerado essencial para que os planos de Guedes prosperem. A ideia é já buscar aval para essas propostas que poderiam custear o Renda Brasil, mas são consideradas polêmicas e encontram resistências no Legislativo.

Nas últimas semanas, Guedes se reuniu com lideranças parlamentares da Câmara e do Senado. Segundo pessoas que acompanharam as conversas, líderes demonstraram disposição em apoiar as propostas.

Um dos maiores entraves seria Maia, que se posicionou contra a criação do imposto sobre transações e pode travar toda a discussão.

Técnicos do Congresso vem com desconfiança o otimismo do time de Guedes. A avaliação é que será muito difícil construir consenso político para debater, aprovar e colocar em prática o Renda Brasil logo após a extinção do auxílio emergencial.

Em outro ponto de dificuldade, reportagem da Folha mostrou que parte dos recursos de programas sociais que poderiam ser direcionados para o novo Bolsa Família já está comprometida no Orçamento e não poderia ser usada neste ano.

O governo precisa encaixar os planos do teto de gastos, já que não abre mão da norma (que impede crescimento real das despesas a cada ano).

Guedes e Maia fazem esforço por reforma em meio a atritos

Fábio Pupo e Daniel Carvalho

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ensaiaram uma aproximação nos últimos dias em busca de entendimento na agenda econômica, sobretudo na reforma tributária.

A relação foi marcada por atritos durante a pandemia, com cobranças e disputa na formulação de medidas. Guedes se afastou após acumular incômodos com Maia desde o começo da crise do coronavírus e preferiu enviar assessores especiais da pasta para servirem de interlocutores em diferentes discussões do Congresso.

A primeira cobrança contundente de Maia foi em março, quando Guedes visitou o Congresso logo após o coronavírus ter sido declarado pandemia pela OMS (Organização Mundial de Saúde). O presidente da Câmara criticou a proposta do ministro para reagir à crise, que seria o avanço na agenda de reformas.

"A crise é tão grande que agente não tem direito de imaginar que o ministro da Economia de uma das maiores economias do mundo possa ter pensado de forma tão medíocre", disse Maia em entrevista à Folha, publicada em 13 de março.

No mesmo dia, Guedes rebateu. "O presidente da Câmara está pedindo medidas? Em menos de 48 horas vamos soltar", disse. "Gostaria também que as principais lideranças políticas do país reagissem também com muita velocidade a nossas reformas para reforçar a saúde econômica do Brasil", cobrou o ministro.

A falta de avanço de propostas de interesse do ministério é uma das principais insatis-



Paulo Guedes (de óculos) e Rodrigo Maia (ao centro) Pedro Ladeira - 11.fev.20/Folhapress

fações de Guedes com Maia, segundo aliados. O ministro entende que mudanças legais, como em logística, energia e cabotagem, além da autonomia do Banco Central, poderiam ter avançado enquanto ele é cobrado por reformas.

Também marcou a relação o auxílio emergencial, cujo desenho Guedes afirma ter criado e que foi alvo de disputa entre Executivo e Legislativo.

O ministro planejava um valor de R\$ 200, antes de o Congresso analisar a proposta e pressionar pela ampliação do universo de pessoas atendidas, além de um valor mais alto (de R\$ 500).

Após conversa entre Guedes e o presidente Jair Bolsonaro, o Executivo elevou o valor para R\$ 600. Para aliados do ministro, a discussão sobre os valores afetou o potencial de duração da política.

Aliados do ministro também interpretam que Maia interdita a proposta de reforma tributária de Guedes ao se

colocar contra o novo imposto sobre pagamentos planejado pelo economista.

Por isso o governo analisa alternativas para a ideia, como lançá-la em um pacote de empregos ou via Senado.

Na reforma tributária, pelo menos há consenso entre os dois de que mudanças são necessárias. Por isso, houve a aproximação. E quem garantiu o esforço foi o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Na quarta (15), ele reuniu Maia e Guedes para um almoço. Por três horas, conversaram para aparar arestas e discutir a pauta econômica.

Os dois lados emitiram sinais positivos depois da conversa. No Congresso, porém, o clima ainda é de desconfiança, pois há discordância em alguns assuntos, como em relação à criação do imposto sobre pagamentos.

Um deputado que acompanha o assunto disse que é preciso esperar como vai evoluir a relação pelo menos até ter-

ça-feira (21), data que Guedes marcou no calendário para entregar a proposta do governo de reforma tributária, aguardada pelos congressistas desde o fim de 2019.

Além disso, a instável relação entre Executivo e Legislativo está sujeita aos movimentos feitos no caminho para a eleição do novo presidente da Câmara, em fevereiro de 2021.

Apesar de os responsáveis pela articulação política do Palácio do Planalto dizerem que o governo não deve abraçar candidaturas, que não é segredo a aproximação de Bolsonaro com o líder do centrão na Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Lira tem levado o grupo, decisivo para qualquer votação na Casa, para o lado de Bolsonaro. Mas adversários de Lira lembram que, na política, fidelidade é algo de ocasião. As assessorias do Ministério da Economia e da presidência da Câmara foram procuradas, mas não se manifestaram.

+ A escalada nas tensões durante a pandemia

13 de março

"A crise é tão grande que a gente não tem direito de imaginar que o ministro da Economia de uma das maiores economias do mundo possa ter pensado de forma tão medíocre", disse Rodrigo Maia sobre a alegada falta de medidas do ministro Paulo Guedes, em entrevista à **Folha**

"O presidente da Câmara está pedindo medidas? Em menos de 48 horas vamos soltar. Gostaria também que as principais lideranças políticas do país reagissem também com muita velocidade a nossas reformas para reforçar a saúde econômica do Brasil", rebateu Guedes

26 de março

"O que a gente tem entendido é que a proposta do governo é muito pequena diante do que a população brasileira precisa", afirmou Maia sobre o auxílio de R\$ 200 inicialmente sugerido por Guedes

31 de março

"Se ele [Maia] encaminhar e aprovar em 24 horas uma PEC emergencial que regulariza isso, o dinheiro sai", afirmou Guedes sobre o auxílio emergencial

"Se ele [Guedes] estiver certo hoje, o governo mentiu na ação que impetrou no Supremo Tribunal Federal", rebateu Maia (o STF já tinha suspenso certas regras fiscais para a pandemia, mas o governo queria também congelar a chamada regra de ouro das contas públicas, o que só ocorreu com a PEC do Orçamento de Guerra)

3 de abril

"Qualquer crítica de que houve demora no programa [auxílio emergencial] eu considero oportunismo político. Acho que a atitude séria agora é ajudar a resolver os problemas, não é ficar jogando responsabilidade para um lado ou para outro", disse Guedes, sem mencionar nomes

17 de abril

"Ele não é sério. Se fosse sério, não tentaria misturar a cabeça das pessoas", disse Maia à Veja sobre a atuação de Guedes na ajuda aos estados

"Os governadores saíram felizes. Ai voltam duas semanas depois pedindo algo que o Mansueto [Almeida, então secretário do Tesouro] calculou em R\$ 220 bilhões. Inaceitável. Transformar uma crise de saúde numa farsa eleitoral", criticou Guedes três dias após a entrevista

9 de julho

"O governo precisa parar de fazer discurso sobre o tal Renda Brasil e apresentar o programa ao Congresso", disse Maia. "Se o governo deixar tudo para a última hora, é claro que a pressão será grande por mais algum período de R\$ 600"

15 de julho

"É muito difícil que passe na Câmara qualquer criação de novo imposto", disse Maia sobre o novo tributo sobre pagamentos planejado por Guedes. "Não acho que precisamos aumentar imposto para aumentar a arrecadação", disse o parlamentar